



Funaro com Sarney



Aliança Democrática ouve os ministros

Funaro espera que este seja o último aumento de impostos

As novas medidas econômicas "serão suficientes para recolocar o Brasil no equilíbrio orçamentário e não teremos que, todos os anos, por causa do endividamento interno, por causa dos desajustes das finanças nacionais, propor novamente à sociedade o aumento de impostos. Eu espero que seja o último (aumento de impostos) do governo Sarney". A afirmação foi feita ontem, em entrevista à imprensa, pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro.

A entrevista foi concedida momentos depois que o presidente José Sarney assinou projetos de lei (foto acima) enviando ao Congresso propostas nas áreas fiscal, tributária, social e um programa de privatização de empresas estatais. "Este ano nós vamos fechar o orçamento com um déficit de 2,7 a 2,8% do PIB. Com estas medidas, calculamos que vamos chegar próximos de 0,5% para o ano de 1986".

Funaro explicou que a redução baseia-se, em primeiro lugar, na crescente diminuição dos juros, permitindo uma economia de Cr\$ 35 trilhões na administração da dívida interna. As medidas de austeridade do governo permitirão uma economia adicional de Cr\$ 8 trilhões o que soma Cr\$ 43 trilhões. As medidas fiscais, a nível de 1985, representam cerca de Cr\$ 20 trilhões de antecipação, o que significa para o ano que vem Cr\$ 50 trilhões, imaginando-se uma inflação de 160%.

Financiamento dos Estados

— Com estes dados, nós estamos fazendo, também, o programa de financiamento dos Estados, apenas estipulando que o re-lending, que é o financiamento em moeda

estrangeira, fique apenas para a rolagem das dívidas estaduais, porque há um aumento importante nessa arrecadação, pois todo o imposto de renda antecipado e arrecadado anteriormente vai beneficiar muito aos Estados e municípios. E nós achamos que, com esta arrecadação maior pelos Estados e municípios, isto vai facilitar os investimentos nestes Estados.

Somando todos os números citados anteriormente, ele chega à conclusão de que em 1986 o governo vai ter um déficit de meio por cento do PIB, o que considera um passo muito importante para combater a inflação.

— Acho impossível continuarmos como estávamos antes, crescendo o endividamento interno na base em que estávamos crescendo (60% este ano) e com os juros altíssimos do serviço da dívida. Então nos parece que, por exemplo, a queda de juros representa igual parcela, como se fossem mandadas embora 17% das pessoas que trabalham no governo.

O ministro não acha que o aumento real dos salários, com o fim do recolhimento na fonte do imposto de renda, possa provocar um surto inflacionário. "Eu prefiro conviver com esse problema de aumento real de salários porque tenho certeza absoluta de que nós, com todas as reuniões que tivemos com os líderes de empresários e trabalhadores, temos de, a partir de já, adotar uma posição de acertar um pouco, através de um entendimento nacional, as bases para que não seja perturbado o crescimento deste país".

Novo Índice de Inflação

Dílson Funaro assegurou que as taxas de câmbio serão corrigidas exatamente pela

taxa de inflação e defendeu a mudança de critérios para medir a inflação do mês, que deixa de ser pelo índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas e passa a ser avaliada pelo índice nacional de preços ampliado, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "O que nós estamos fazendo é corrigir uma grande distorção para que se tenha um índice único neste país. É impossível você ter um país que trabalhe com duas indexações diferentes. Uma remunerando o assalariado, e outra remunerando o capital. E nós estamos corrigindo exatamente isso neste momento. A inflação do ano vai ser corrigida pela correção monetária, que até agora foi pelo IGP, e nos dois meses finais ou no mês final será pelo INPA."

Funaro não acha pequena a contribuição do governo (Cr\$ 8 trilhões de corte nos gastos) para a redução do déficit público. Lembrou que a concessão de aposentadoria espontânea aos dez anos de serviço e de licenças de dois a cinco anos para que os funcionários tentem emprego na iniciativa privada já provocaram uma economia de despesa expressiva para o erário público.

O ministro da Fazenda explicou, por fim, por que não mexeu na tabela progressiva do Imposto de Renda: "Achamos que ela faz o imposto progressivo. Essa tabela tem uma influência importante no cálculo do imposto, porque a renda não era corrigida e o imposto pago na fonte era corrigido, o que dá uma distorção final. Hoje nós estamos fazendo praticamente em base corrente, e o excesso vai ser corrigido — renda e imposto. Portanto, nós estamos corrigindo esta distorção da tabela".